

## **Proposta para a criação do plano municipal de gestão do patrimônio arqueológico de Presidente Prudente**

**Lisandra Hernández Montardy**  
Pós-Doutoranda da FCT/UNESP, São Paulo

**Neide Barrocá Faccio**  
Livre Docente da FCT/UNESP, São Paulo

### **RESUMO**

Os sítios arqueológicos, como parte do patrimônio cultural, compreendem todos os vestígios materiais dos grupos culturais do passado, os locais onde foram praticadas as atividades humanas e as estruturas e vestígios abandonados – na superfície, enterrados ou sob as águas – assim como os materiais relacionados com eles.

**Palavras-chave:** Patrimônio arqueológico, Sítios arqueológicos, Patrimônio cultural.

### **1 INTRODUÇÃO**

Os sítios arqueológicos, como parte do patrimônio cultural, compreendem todos os vestígios materiais dos grupos culturais do passado, os locais onde foram praticadas as atividades humanas e as estruturas e vestígios abandonados – na superfície, enterrados ou sob as águas – assim como os materiais relacionados com eles (VIENNI, 2010).

Esses vestígios são bens de interesse público, geralmente restos físicos frágeis, dado o longo tempo que permaneceram expostos às inclemências da natureza, representando fragmentos não renováveis da atividade humana de tempos remotos, sendo, em muitos casos, peças únicas que expõem a diversidade cultural daquele momento (MOLINARI, 1999).

Os sítios arqueológicos constituem lugares com evidência de atividade social com presença de elementos e contextos de caráter arqueológico-histórico que encerram bens de natureza móvel, imóvel e imaterial. Comumente, dentro dos bens móveis é possível apreciar objetos e ferramentas de cerâmicas, pedra e ossos; enquanto os bens imóveis apresentam templos, cemitérios e sistemas hidráulicos.

Dentro do patrimônio arqueológico imaterial encontram-se as manifestações espirituais concebidas no seio da intelectualidade – crença, religião, filosofia de uma sociedade – recriadas a partir das descobertas arqueológicas, que indicam o processo de criação da peça, o fragmento e suas expressões intangíveis de cultura como sua intenção, importância e papel desempenhado (ALVA, 2012).



O patrimônio arqueológico carrega a materialidade do passado junto a diversos significados que possibilitam conhecer o acontecido anteriormente e a formação de novas identidades sobre a base de suas descobertas, sendo capaz de gerar uma identificação com os costumes do passado, desde que expliquem procederes e condutas presentes nas sociedades atuais, ou sejam assumidas como práticas relevantes do passado com representativos significados culturais (BARREIRO, 2006).

O patrimônio arqueológico, no contexto das práticas socioculturais desenvolvidas pelas sociedades atuais, é condicionado pela interpretação e valoração da sociedade onde se encontra. Quem o estuda parte das circunstâncias sócio-políticas existentes (CRIADO, 2001).

A Arqueologia deve promover o patrimônio como um projeto social, mas, para isso, precisa da implicação dos atores sociais nos processos de conservação e gestão patrimoniais, com vistas a uma educação e projeção de seus usos, que contribua para o desenvolvimento da sociedade (ZAFRA DE LA TORRE, 1996).

Não é possível conceber uma Arqueologia destinada a informes engavetados que não geram uma apropriação da sociedade dos conhecimentos por ela produzidos, pois o arqueólogo interpreta e resinifica vestígios da atividade humana, unindo a realidade passada com a presente, apontando elementos de identidade social que definem a singularidade histórica e cultural dos povos (MOLINARI, 1999).

É necessário, então, integrar e reconhecer a diversidade cultural local a partir de uma visão unitária, na qual o patrimônio natural representa a atividade cultural humana, sendo o que lhe dá sentido. O patrimônio constitui parte fundamental do planejamento, superando a visão mercantilista do território, na medida em que valoriza o habitat humano, as formas de produção, respeitando os valores ecológicos associados ao uso da terra (OSE, 2008).

A criação de um sistema de ações que permitam evidenciar a importância do patrimônio arqueológico à população e autoridades, conscientizando-as dos valores neles implícitos, torna-se premissa para a sua sustentabilidade, mas requer trabalho conjunto de universidades, autoridades e organizações políticas e sociais do território para ser efetivo.

Trata-se de um rompimento do ideal de conservação passiva impondo o ideal de gerar um processo viabilizador da identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, revitalização e gestão do patrimônio em todos seus aspectos, com a implicação de todos os atores da sociedade.

O patrimônio apresenta-se como capital crítico para a participação ativa dos atores sociais nos processos de territorialização e reconstrução das análises conceituais e enfoque estratégico sobre a sustentabilidade territorial, facilitando o conhecimento e a gestão das riquezas patrimoniais e identitárias locais, como base de estruturas que satisfaçam necessidades materiais e espirituais da sociedade de forma racional e perdurável (ALVA, 2012; RODRÍGUEZ, 2015).



Se aborda o plano de gestão patrimonial como instrumento abrangente e conciso no planejamento de suas ações, empregado a nível internacional para a gestão de bens declarados patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e no contexto de países como França, Espanha, México e Cuba, onde a aplicação de uma gestão participativa, na qual a tomada de decisões seja feita no contexto de um equipe multidisciplinar de profissionais em conjunto aos diversos níveis do governo e a sociedade civil organizada de dissimiles formas, a propiciado o desenvolvimento de experiências positivas no campo da gestão do patrimônio arqueológico.

Desde esta ótica e situados no transcorrer da gestão do patrimônio arqueológico no Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde segundo os estudos de Pardi (2002), Polo (2014), Guimaraes (2015) e Saladino (2010, 2020) podemos afirmar que patrimônio arqueológico há tido um papel secundário na visão projetada pelo aparato estatal encarregado do patrimônio nacional, fazemos eco da problematização apresentada por Cali (2005) ao expressar que a falta de apoio aos municípios para a proteção do patrimônio arqueológico é preocupante.

Segundo os resultados da pesquisa de Cali (2005) consideramos que no Brasil é pouco significativo o número de municípios com leis de tombamento, conselhos ou órgãos dedicados ao patrimônio, ressaltando que poucas cidades têm profissionais e técnicos capacitados na área patrimonial para compor um conselho municipal de patrimônio. Enquanto estes órgãos privilegiam em seu trato aos bens edificados em detrimento aos demais bens patrimoniais, como o patrimônio arqueológico.

Segundo Cali (2005) falta o básico, como cartilhas ou manuais orientando o poder público e a população sobre esses bens e seu valor, como proceder no caso de achados fortuitos, quem procurar, divulgação da legislação existente, a criação de cartas temáticas de arqueologia, etc. O qual coincide com Pardi (2002) e Saladino (2010, 2020) ao expressar a insuficiência de pessoal capacitado na área arqueológica no quadro de funcionários do IPHAN, assim como a falta de recursos monetários dedicados a esta área.

Partindo destes pressupostos nos adentramos no município de Presidente Prudente, onde a execução de ações, que ainda procurem a proteção e promoção do patrimônio arqueológico, não se insere em uma visão estratégica ou projeção a longo prazo, pois não há um documento o acionar sequenciado pensado em termos de gestão deste patrimônio (MONTARDY, 2019). Neste contexto a prefeitura municipal supre sua carência de funcionários capacitados em pesquisa arqueológica e gestão patrimonial mediante parcerias com a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), e particularmente com seu Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), quem possui uma equipe multidisciplinar especializada em pesquisa arqueológica e educação patrimonial (MONTARDY, 2022).

Esta parceria tem resultados significativos como a criação do Museu de Arqueologia Regional (MAR) -localizado no núcleo Morumbi da FCT/UNESP- e o desenvolvimento de projetos de extensão



universitária. Ressaltando que ainda esta parceria não garante a criação de políticas públicas municipais entorno do patrimônio arqueológico, tem desenvolvido um cumulo de ações de educação patrimonial de grande impacto, aumentando a percepção de autoridades locais e munícipes da importância do patrimônio arqueológico.

Convencidos de que como expressa Carman (2002) os vestígios arqueológicos são finitos e não renováveis, enquanto a preservação do patrimônio arqueológico se dará necessariamente de forma seletiva, pois os recursos financeiros são inevitavelmente limitados, acreditamos que os de planos municipais de gestão do patrimônio arqueológico são uma ferramenta útil na projeção das ações a seguir e na distribuição dos recursos existentes.

Ainda no marco legislativo a prefeitura tenha subordinação às determinações do IPHAN e não comumente não possua os recursos para financiar escavações e resgates arqueológicos previamente autorizados pelo IPHAN, recalamos a importância dotar ao município de autonomia e consciência crítica ao pensar seu patrimônio arqueológico, visualizando às autoridades locais como parte de uma rede de trabalho que procura a apropriação social desse patrimônio, desde a incorporação de sus significados á cotidianidade das populações atuais.

Centrados nas áreas de trabalho definidas pelo IPHAN para o patrimônio arqueológico (identificação, documentação, proteção e promoção) e no burocratismo existentes nelas, ressaltamos que é no município onde são executadas as ações referentes a estas áreas, sendo o nível base da pirâmide do trabalho patrimonial, e onde segundo Mendes (2008) o desinteresse e a desafeição marcam a relação de muitos cidadãos com o patrimônio, dadas as circunstancias de inacessibilidade e carência de informação que lhes rodeia.

Neste contexto a presente pesquisa traz uma proposta de Plano Municipal de Gestão do Patrimônio Arqueológico de Presidente Prudente, sujeita a seu aprimoramento mediante discussão pública entre os atores envolvidos, gerando uma pactuação que definirá as mudanças a serem realizadas no mesmo.

## **2 OBJETIVO**

Este trabalho tem como objetivo melhorar a gestão do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente mediante a criação de um Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico.

## **3 METODOLOGIA**

Sendo o problema científico da pesquisa: É possível melhorar a gestão do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente mediante a criação de um Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico? Apresenta-se como objeto de estudo o patrimônio arqueológico e como campo de ação a gestão do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente, sendo a hipótese ou ideia a



defender: A criação de um Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico para o município de Presidente Prudente contribuirá a melhorar a gestão do patrimônio arqueológico deste município e fornecerá uma nova ferramenta aos gestores/pesquisadores da área de patrimônio arqueológico.

Partindo destes pressupostos o estudo tem como base metodológica geral o método dialético-materialista que proporciona o trânsito do conhecimento, desde o geral ao particular e vice-versa, assim como a análise histórico-lógica, a análise-síntese e a indução-dedução.

A pesquisa é de tipo descritiva e explicativa segundo os critérios de Gómez, Flores e Jiménez (1996), pois com base no estado da arte produzido no estudo anterior -dissertação de mestrado e doutorado-, agora se emitem novas reflexões que descrevem o atual trabalho de gestão patrimonial no município pesquisado e explicasse a importância de seu aprimoramento mediante as ações planejadas em nossa proposta de ações.

Trata-se de uma abordagem qualitativa, que segundo os critérios de Denzin e Lincoln (1994) e Gómez, Flores e Jiménez (1996), estuda a realidade em seu acontecer cotidiano e interpreta os fenômenos de acordo com os significados atribuídos a eles pelas pessoas implicadas. A pesquisa qualitativa tenta alcançar uma visão holística do contexto de estudo, procurando sua lógica, ordenações e normas - explícitas e implícitas - e implica a coleta e produção de dados de diversa natureza, vinculados com entrevistas, experiência pessoal, observações, textos, imagens e, que permitem ao pesquisador acercar-se dos significados atribuídos ao fenômeno em estudo pelas pessoas implicadas.

No caso da criação de um programa de ações para melhorar a gestão do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente, compreender como ocorrem as inter-relações dos funcionários públicos, empresários e moradores deste município com o patrimônio arqueológico, resulta essencial para o desenvolvimento da pesquisa, onde a coleta e produção de dados pretende aprimorar o contexto de identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio arqueológico no município, mediante propostas de ações que respondem às necessidades e problemáticas da gestão do patrimônio arqueológico no contexto municipal.

A abordagem qualitativa, neste caso, possibilita à pesquisadora compreender o cenário e as pessoas como um todo, analisando a subjetividade desde a interpretação e sendo um prisma para o tratamento dos dados (TAYLOR, BOGDAN, 1987). Além disso tal abordagem permitir a análise do contexto mundial de gestão do patrimônio arqueológico, na busca das vantagens e potencialidades dos modelos de gestão patrimonial aplicados em países como França, Espanha, México e Cuba, os quais servem como modelos com características a serem adaptadas ao contexto brasileiro. A pesquisa utiliza como técnicas de coleta, produção e análise da informação: a análise de documentos e a observação.

A análise de documentos será empregada para contextualizar as temáticas abordadas do nível global até o local, permitindo conceituar unidades-chaves dentro da pesquisa e obter dados de natureza diversa, que sustentem as abordagens do fenômeno acontecidas até o presente (MARTÍN, 1999). Esta análise de



documentos de múltiplas fontes, com suas coincidências e contrastes de pontos de vista, fornecerá um guia para a investigação, estabelecendo as principais referências que serviram de base para o corpo teórico da pesquisa. Além disto, a análise de documentos permitirá a interpretação dos significados atribuídos ao patrimônio arqueológico presente no município de Presidente Prudente, por diversos pesquisadores, funcionários públicos e moradores deste território.

O emprego da análise de documentos vinculados ao patrimônio arqueológico, tanto relatórios científicos como documentos da prefeitura e legislações, permitirão compreender a evolução histórica do patrimônio arqueológico no contexto de estudo e quanta importância é atribuída ao mesmo pelos atores vinculados às ações de identificação, documentação, proteção e promoção de dito patrimônio.

A observação, como técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade (GERHARDT, SILVEIRA, 2009), será empregada nesta pesquisa, a fim de possibilitar o exame dos fatos que acontecem ao nosso redor, tendo um contato mais próximo com nosso objeto de estudo. Isso permite ao pesquisador captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, sendo flexível para mudar seu centro de atenção, se necessário (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2006).

A observação será aplicada na participação da vida cultural relacionada ao patrimônio arqueológico no município em estudo, participando-se de atividades como: oficinas de: pintura Guarani em cerâmica, lascamento em pedra, cerâmica Guarani, e arte rupestre. Exposições itinerantes e de longa duração vinculadas com o patrimônio arqueológico em instituições culturais, educacionais e museus. Cursos de capacitação de professores na temática indígena no Oeste Paulista; e visitas a sítios arqueológicos.

Para a construção da proposta de plano municipal de gestão do patrimônio arqueológico se parte do entrelaçamento do modelo de gestão do patrimônio arqueológico proposto pelo IPHAN no Brasil em sua “Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN” apresentada na Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018 e do conteúdo da Instrução Normativa Nº 1, de 25 de março de 2015, que expõe os parâmetros relativos aos projetos e relatórios de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, Salvamento Arqueológico e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial, com os modelos de gestão aplicados na França, Espanha, México e Cuba, além das diretrizes expostas no campo pela UNESCO em seu “Manual de Referência de Gestão do Patrimônio Mundial Cultural” publicado no 2014.

Segundo os critérios da UNESCO o conteúdo do plano de gestão pode incluir: propósito; processo (preparo e tomada de decisões); descrição do bem; declaração de objetivos e visão; ações a desenvolver, plano de execução anual com a formulação dos projetos e indicação dos recursos; plano de monitoramento; e calendário de revisões (UNESCO, 2014; 2014a).

Imbricando a proposta da UNESCO com o modelo de gestão patrimonial aplicado pelo Grupo de Cidades Patrimônio da Humanidade de Espanha (GCPHE) onde se apresenta que os modelos de gestão do



patrimônio histórico-arquitetônico devem conter oito parâmetros a serem trabalhados: proteção, conservação, gestão integral, acessibilidade, participação da cidadania, investigação, difusão e financiamento (GCPHE, 2015).

Visualizamos, que o parâmetro gestão integral, pode apresentar-se em um plano de gestão integral, segundo a experiência – positiva - do GCPHE na aplicação deste tipo modelo a escala municipal e com caráter centralizado, onde se trabalha desde a prefeitura como ente facultado para a tomada de decisões em diversos casos -o estado espanhol garante certas competências legais aos municípios em sua legislação e os estatutos das comunidades autonômicas- abordando o patrimônio histórico-arquitetônico em conjunto com as restantes tipologias patrimoniais existentes em todo o território que compreende o município e tendo em conta e cooperando com os restantes atores envolvidos na gestão patrimonial desde a escala municipal (centros de ensino, empresas públicas e privadas, etc.) até a internacional (UNESCO, ICOMOS, etc.).

A proposta para a criação do Plano Municipal de Gestão do Patrimônio Arqueológico de Presidente Prudente tem como estrutura base: diagnóstico, prognóstico e plano de ações. No diagnóstico compreende-se a contextualização sociocultural da formação e trajetória do município; a contextualização arqueológica e etno-histórica de cada sítio arqueológico conhecido no município; a existência e caracterização dos locais municipais dedicados à exposição de materiais arqueológicos; e a caracterização da gestão do patrimônio arqueológico no nível municipal.

O prognóstico conte a caracterização dos cenários futuros tendo em consideração a velocidade e impacto da ação antrópica sobre o patrimônio arqueológico; e o plano de ações compreende a as ações a serem desenvolvidas pela prefeitura local para melhorar a gestão do patrimônio arqueológico definindo para cada ação: implicados, recursos e infraestrutura, cronograma de execução e indicadores de avaliação.

#### **4 DESENVOLVIMENTO**

A continuação apresentamos um resumo da proposta de Plano Municipal de Gestão do Patrimônio Arqueológico de Presidente Prudente destacando: o patrimônio arqueológico existente no município; a parceria entre o Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem (LAG) e o Museu de Arqueologia Regional (MAR) da FCT/UNESP com a prefeitura municipal; e as principais ações definidas neste plano.

O município de Presidente Prudente ocupa uma área de 560.637 km<sup>2</sup>, sua divisão territorial é distribuída em cinco distritos: Sede, Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul e Montalvão, subdivididos em cerca de 220 bairros, com uma população estimada de 225668 pessoas no ano de 2022. Limita-se ao norte com os municípios de Flora Rica, Florida Paulista e Martinópolis; ao sul com Pirapozinho e Regente Feijó; a leste com Caiabu e a oeste com Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito (IBGE, 2023).

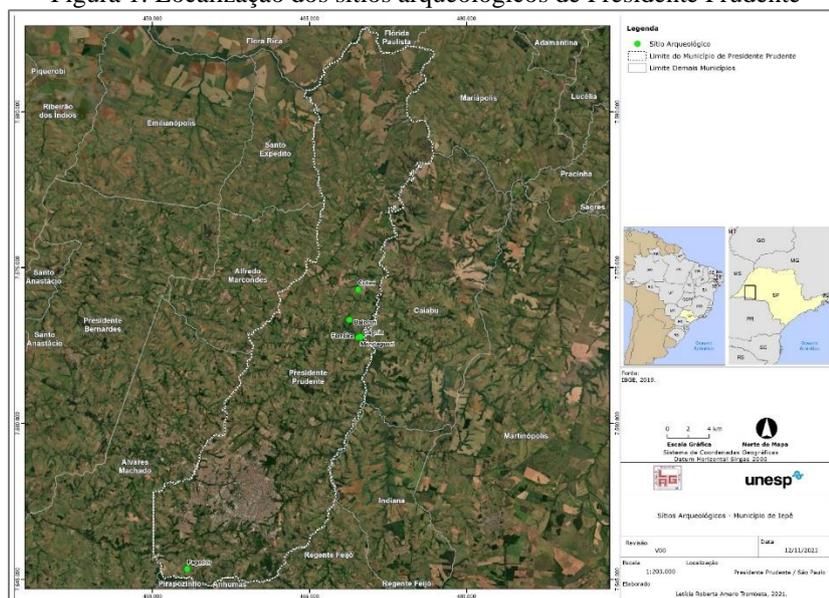
Dada a privilegiada localização geográfica de Presidente Prudente, o município caracteriza-se como ponto de passagem para aqueles que irão para o Paraná e Mato Grosso, e ponto de chegada para quem se dirige para o Oeste Paulista, conferindo-lhe o título de fornecedor e receptor de mercadorias, produtos e serviços (MACEDO, 2006).

A História da formação desse município remonta à ocupação por tribos indígenas do tronco linguístico Tupi-Guarani como as Guarani e Kaingang, iniciando-se, com a chegada dos conquistadores, uma contínua luta entre indígenas e, que resultou na expulsão das tribos indígenas de suas terras (FACCIO, 2010).

Presidente Prudente conta com uma importante tradição cultural e espaços como: o Parque do Povo, a Cidade da Criança, o Sesc Thermas, o Centro Cultural Matarazzo, o Museu Municipal e Arquivo Histórico “Prefeito Antônio Sandoval Netto” e o Rancho Quarto de Milha (MACEDO, 2006). No campo educacional, o município conta com mais de 124 escolas públicas e privadas, e na área da saúde possui 53 estabelecimentos de saúde SUS entre ele um hospital regional

No Município de Presidente Prudente, estão registrados seis sítios arqueológicos: Balotari, Cagnin, Cotini, Ferreira, Mandaguari e Fazenda Pagador (Figura 1).

Figura 1: Localização dos sítios arqueológicos de Presidente Prudente



Fonte: MONTARDY, 2022

Desses, dois estão cadastrados no CNSA/IPHAN: Fazenda Pagador e Balotari. No caso desse último, registra-se como se fossem três sítios Balotari I, II e III. Mas estudos posteriores a seu cadastro e desenvolvidos pelo CEMAARQ, comprovam que se trata de três setores de ocorrência de materiais arqueológicos na área de um mesmo sítio, referenciado durante a presente pesquisa como Balotari. Esses sítios arqueológicos, todos do grupo indígena Guarani, estão localizados próximos a Áreas de Preservação



Permanente (APP), em meia encosta, com um córrego ou ribeirão na base (ROCHA, GONÇALVES, 2010; CABRERA, 2017; FACCIO et al., 2017).

As pesquisas desenvolvidas nesses sítios arqueológicos os classificam na Tradição Tupi-guarani, sendo a pesquisa de pós-doutorado “Ações de curadoria para a análise da Arqueologia Regional do Oeste Paulista”, finalizada em 2019 pelo Dr. Jean Ítalo de Araújo Cabrera o principal estudo sobre os sítios arqueológicos de Presidente Prudente.

As pesquisas efetuadas no município indicam que os sítios Cotini e Fazenda Pagador, apresentam material cerâmico fragmentado na superfície, sendo o último pesquisado no ano 1986, pelo Prof. Livre Docente José Luiz de Moraes, constatando-se a presença do material cerâmico fragmentado disperso em uma extensa área coberta por pastagens (CABRERA, 2017).

O Sítio Balotari, classificado como uma ocupação Guarani, foi diagnosticado, no ano 1985, sob a coordenação da Profa. Dra. Ruth Kunzli. Nele foram encontrados materiais líticos lascados e materiais cerâmicos fragmentados, com e sem presença de pintura (CABRERA, 2017).

O Sítio Mandaguari, classificando como uma ocupação Guarani, foi diagnosticado, no ano 1989, a partir de informações dadas pelo proprietário da área ao encontrar fragmentos cerâmicos no preparo da terra para plantio de milho. Ele foi pesquisado, igualmente, pela equipe do Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (CEMAARQ), sob a coordenação da Profa. Dra. Ruth Kunzli (CABRERA, 2018).

Nos trabalhos de campo nesse sítio, foram evidenciados materiais cerâmicos entre os quais se destacam duas urnas funerárias em bom estado de conservação, uma delas contendo em seu interior uma pequena vasilha cerâmica e ossos, além de lítico polido e lascado e um colar de ossos.

Nos trabalhos de campo desenvolvidos no ano 1990, na área do Sítio Ferreira, foram encontrados materiais cerâmicos, líticos polidos e lascados em superfície, assim como duas urnas da Tradição Tupi-guarani, uma inteira e a outra fragmentada, com restos de ossos no interior.

O Sítio Cagnin, pesquisado no ano 1996 por uma equipe coordenada pela Profa. Dra. Ruth Kunzli, localiza-se numa área de pastagem e monocultura de milho, mandioca e abacaxi. O dono do terreno – Leonice B. Perozzi – explicou que, durante a preparação da terra para o plantio, era comum encontrar material cerâmico fragmentado, assim como peças polidas. Nesse sítio foram resgatados materiais cerâmicos na superfície e entre 20 e 40 cm de profundidade, com decorações pintadas com presença de engodo vermelho e sem decoração.

As peças coletadas durante as referidas pesquisas no Município de Presidente Prudente encontram-se no CEMAARQ, incluindo-se a informação existente sobre elas no trabalho educativo realizado pelo LAG, MAR e CEMAARQ.

No município de Presidente Prudente segundo a Lei Complementar Nº 118 de 15 de outubro de 2002 foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico, o Condephaat



do município de Presidente Prudente, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura; o qual segundo a Lei Complementar N° 173 de 1 de julho de 2010 passa a denominar-se Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Presidente Prudente (COMUDEPHAAT).

O COMUDEPHAAT é composto de 14 membros que representam o poder público, as universidades, os empresários e de forma geral a população municipal, recaindo no mandato atual a presidência do COMUDEPHAAT na professora Neide Barroca Faccio, representante da UNESP. Isto nos situa num órgão donde atualmente existe uma voz especializada em arqueologia, que por sua vasta experiência no campo da pesquisa arqueológica no licenciamento ambiental e sua vinculação com a musealização desse patrimônio, tem a preparação técnico-metodológica para o assessoramento municipal na área arqueológica.

No âmbito do patrimônio arqueológico, o COMUDEPHAAT figura como protetor do patrimônio municipal sujeito às deliberações do IPHAN, atuando só como intermediário burocrático capaz de expressar suas considerações e postura ao IPHAN sobre qualquer processo que envolva o município. Mas, ainda nesse contexto, a existência deste órgão evidencia o interesse das autoridades locais no patrimônio existente no município e sua preocupação com sua adequada gestão.

No marco do patrimônio arqueológico as ações das autoridades locais encontram-se vinculadas aos centros de ensino superior do município, existindo fortes parcerias entre a prefeitura municipal e a FCT/UNESP. As quais se materializarem na realização de exposições conjuntas, no desenvolvimento de ações de educação patrimonial e na criação do Museu de Paleontologia Professor Pepe neste 2024, localizado no Centro Cultural Matarazzo.

As autoridades locais, e particularmente as secretarias de Cultura e Meio Ambiente, são consentes do patrimônio arqueológico municipal e regional, e cooperam com a equipe do LAG da FCT/UNESP na realização de projetos de extensão universitária e na difusão do patrimônio arqueológico aos munícipes. Neste contexto foi incluído o conhecimento existente sobre a presença indígena no território do atual município de Presidente Prudente na exposição do Museu Municipal e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto e foram doados à Biblioteca Municipal Dr. Abelardo de Cerqueira César os textos de coleção Os Primeiros que Chegaram que aborda a presença indígena na região do pontal Paraná-Panema (MONTARDY, 2022).

Devemos esclarecer que os seis sítios arqueológicos do município estão localizados em propriedades particulares onde se efetuou o resgate do material arqueológico presente na área, focando-se a conservação e difusão do patrimônio arqueológico municipal na exposição das peças resgatadas nos museus do município e na difusão das informações resultantes das pesquisas acadêmicas sobre estas peças.

O município conta, ainda, com a existência de um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a UNESP que, em seu Projeto Restauração Ecológica, promove investigações para a conservação e recuperação das APPs e sítios arqueológicos de culturas indígenas no Estado de São Paulo,

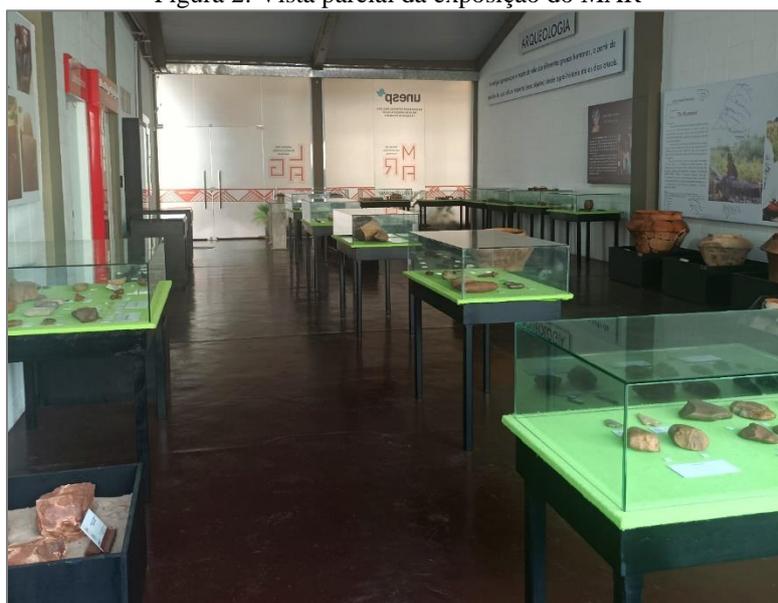
dada a coincidência da localização geográfica de ambos os elementos na parte superior da bacia hidrográfica do Rio Santo Anastácio.

Neste contexto de parcerias e desenvolvimento de projetos de extensão universitária o LAG centra seu trabalho no registro, estudo, conservação e divulgação das culturas indígenas do Estado de São Paulo, promovendo-os mediante os projetos “Museu/Universidade: A Extroversão do Conhecimento”, “A Pré-História Contada Por Meio dos Objetos” e “Memória étnica em comunidade indígena: cultura, identidade e história”, os quais recebem o apoio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) e do Núcleo de Ensino da UNESP, além do apoio de diversas prefeituras, para a realização de ações de impacto em nível do patrimônio arqueológico regional, priorizando ações como exposições, ministração de oficinas, palestras, capacitações para professores, produção de textos e de materiais didáticos para o ensino da presença indígena no Oeste Paulista.

O MAR -localizado junto ao LAG- tem por objetivo levar à comunidade os conhecimentos produzidos na UNESP sobre a presença indígena no Estado de São Paulo, sempre à disposição para receber a população e pesquisadores interessados nas temáticas de Arqueologia, Antropologia e Educação Patrimonial, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de cidadãos conscientes do valor do patrimônio arqueológico e da importância de sua conservação.

O MAR (Figura 2) expõe, permanentemente, materiais arqueológicos de diversos municípios do Estado de São Paulo, onde foram encontrados sítios indígenas das culturas Guarani, Kaingang e Kayapó, além de contar com exposições transitórias e oferecer oficinas gratuitas, com o fim de motivar o interesse e a curiosidade da população pela cultura indígena da região.

Figura 2: Vista parcial da exposição do MAR



Fonte: MONTARDY, 2022



O LAG e o MAR, acreditando na premissa de que um povo que conhece seu patrimônio e com ele se identifica, passa a respeitá-lo e a valorizá-lo, e se encontra comprometido para defender a educação patrimonial no ambiente escolar como um importante instrumento na salvaguarda do patrimônio (FACCIO, 2011). Nesse sentido, as ações do LAG/MAR apresentam conhecimentos ao público, que contribuem para a sensibilização das pessoas, sobre a importância da memória histórica dos povos indígenas, pilares da formação da sociedade brasileira e fomentam a popularização desses conhecimentos como parte do fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania da população da região.

O LAG e o MAR desempenham um árduo trabalho na divulgação dos resultados de suas pesquisas tanto no âmbito acadêmico e comunitário, como na rede de ensino estadual, desenvolvendo diversas ações como:

- Realização de palestras sobre “O período pré-histórico do Oeste Paulista”, com apresentação de multimídia e vídeo;
- Realização de exposições itinerantes de peças arqueológicas e réplicas, em escolas, comunidades e lugares de interesse cultural;
- Realização de atividades na Reserva Indígena Vanuíre;
- Ministração de oficinas de produção de cerâmica Guarani;
- Ministração de oficinas de pintura Guarani em cerâmica;
- Ministração de oficinas de arte rupestre;
- Ministração de oficinas de lascamento em pedra;
- Capacitação dos professores da rede pública de ensino, sobre a presença indígena no Oeste Paulista;
- Elaboração e distribuição de textos e diversos materiais didáticos sobre a pré-história do Oeste Paulista para uso acadêmico no Ensino Médio e Fundamental;
- Elaboração de painéis e folhetos que complementam as exposições itinerantes;
- Visitas guiadas de turmas estudantis a sítios arqueológicos da região;
- Realização de perícias em sítios arqueológicos a pedido da comunidade;
- Realização de perícias na modalidade de arqueologia de contrato, com sua consequente inscrição dos sítios descobertos no CNSA/IPHAN, resgate desses sítios e execução de programas de educação patrimoniais na área;
- Montagem de exposições, treinamento de monitoria e monitoramento de visitas no MAI e MAR.

Ao lado disso, são executadas, continuamente, diversas iniciativas como workshops e publicações, tendo um forte programa de atividades na Semana do Meio Ambiente, Semana do Índio, Semana Nacional de Museus, Semana do Folclore e a Semana de Primavera em Museus.



Cabe ressaltar que os integrantes da equipe do LAG e o MAR são uma equipe de prestígio na realização de trabalhos de arqueologia por contrato dentro do processo de licenciamento ambiental, realizando: o resgate dos vestígios arqueológicos, a curadoria, catalogação e restauração das peças; a divulgação dos resultados das pesquisas em diversos meios; assim como o restauro das peças, a reconstituição gráfica da forma de objetos e a reprodução de peças arqueológicas, com a dupla função de testar o procedimento e as ferramentas empregadas para sua confecção e, posteriormente, servir como peças que podem ser manuseadas pelo público.

A partir do contexto da gestão do patrimônio arqueológico no município, descrito com anterioridade neste artigo, propõem-se como as principais ações a serem executadas pela prefeitura municipal com vista a melhorar a gestão do patrimônio arqueológico no município:

- Designar um funcionário da Secretaria de Cultura para ser o encarregado do trabalho com o patrimônio arqueológico. Este funcionário será a primeira pessoa a contatar para informações e realização de ações sobre este patrimônio, porém deverá ter clareza da situação do mesmo e se vincular com os especialistas da temática no município ou região.
- Designar um funcionário da Secretaria de Cultura ou da Biblioteca Municipal para criar, e atualizar anualmente, um acervo com toda a documentação que mencione o patrimônio arqueológico do município e seus museus, na biblioteca municipal.
- Este acervo deve recompilar publicações científicas, trabalhos acadêmicos, notícias da mídia, etc.
- Realizar um diagnóstico das instituições públicas e privadas que podem inserir-se na conservação e promoção do patrimônio arqueológico no município, brindando apoio no desenvolvimento de eventos, divulgação de informações ou doação de recursos, etc.
- Estabelecer acordo com a equipe de comunicação da prefeitura para publicar semestralmente uma notícia sobre o patrimônio arqueológico da região ou dos museus do município.
- Realizar um acompanhamento dos terrenos em obras no município que possam revelar novos achados arqueológicos, pela movimentação de terra para a realização de novas construções, ainda estes não se enquadrem como obras que precisem de licenciamento ambiental. Este acompanhamento se refere a uma visita à obra momento da preparação do terreno ou movimentação do solo para conferir a aparição ou ausência de materiais arqueológicos.
- Criar um livro sobre o patrimônio arqueológico municipal.
- Criar um pôster sobre o patrimônio arqueológico e os quatro museus do município, e colocar-lhe permanentemente nas instalações culturais e turísticas do município com a finalidade de difundir entre funcionários e visitantes destas instalações a curiosidade sobre este patrimônio, incentivando a visita aos museus.



- Criar um convênio entre Secretaria de Educação Municipal e a FCT/UNESP e a que permita realizar ações de educação patrimonial e capacitações por parte do LAG nas escolas da rede pública de ensino, que incluam a ministração de conferencias e oficinas a professores e alunos, assim como a visitação das turmas ao MAR.
- Criar um convenio entre a prefeitura e a FCT/UNESP para o agendamento anual de visitas dos funcionários do sector de cultura, comunicação e turismo ao MAR para a realização de atividades de educação patrimonial que incluam a visita guiada pelo museu, realização de uma oficina e palestras de capacitação em socialização da pesquisa arqueológica.
- Criar um convênio entre Secretaria de Educação Municipal e o Museu Municipal que permita o agendamento anual de visitas das turmas ao museu, com base em que a todos os estudantes conheçam a história municipal, iniciada pelos assentamentos indígenas na região.
- Criar uma cartografia do patrimônio municipal, donde inclua-se o patrimônio arqueológico municipal, esta cartografia deve ser vinculada com um SIG onde compilem-se todos os dados arqueológicos existentes no município, a qual seja atualizada periodicamente e possa ser consultada na concessão de licencias de uso do solo.
- Criar na Secretaria de Cultura um protocolo municipal de ação em arqueologia, segundo as orientações do IPHAN, onde se especifique o acionar a seguirem as autoridades locais ante o achado de novos sítios arqueológico, e as ações para sua preservação até o momento de iniciar a pesquisa arqueológica na área, a qual dever ser autorizada pelo IPHAN.
- Colocar sinalizações rodoviárias no município que indiquem a localização de seus museus.
- Criar um documentário sobre os quatro museus do município.
- Desenhar um staff de conteúdo para levar às festas populares e outras atividades de muito público com o objetivo de difundir o patrimônio arqueológico municipal (folders, pôsteres, livros).
- Inserir e atualizar a informação dos quatro museus do município na página web dap, com a finalidade de promover a visitação dos mesmos e sua visibilidade na internet. Nos casos que for possível, criar uma página web para o museu.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta proposta para a criação do Plano Municipal de Gestão do Patrimônio Arqueológico de Presidente Prudente procura dar visibilidade a esta categoria patrimonial no cotidiano das sociedades atuais, descrevendo as ações a seguir pelas autoridades em articulação com os centros de ensino de nível superior para a investigação e valorização do patrimônio arqueológico, criando redes de cooperação que viabilizem



este trabalho e buscando a apropriação social desse patrimônio como parte do legado sociocultural de sociedades passadas que influenciaram a formação da identidade cultural brasileira.

Afirma-se que o patrimônio arqueológico requer da prefeitura, ainda que sem amparo legal, dado o fato deste patrimônio pertencer juridicamente à esfera federal, sendo o IPHAN o único órgão legislativamente facultado para a tomada de decisões, dado que a situação do patrimônio arqueológico localizado no município e o interesse municipal de regatar este patrimônio e mantê-lo dentro do município, pode ser contornada pela prefeitura adotando planos de gestão que garantam a proteção de dito patrimônio.

Ressaltamos ainda que, mesmo a prefeitura não tendo legislativamente a responsabilidade sobre o patrimônio arqueológico, deve ter o compromisso social de preservar e difundir este patrimônio como legado dos povos pretéritos que habitarem esse território há séculos, procurando o apoio das universidades e de todos os atores sociais presentes no município para garantir a preservação e valorização do mesmo.

Neste marco, a presente pesquisa contribui para melhorar a gestão do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente ao valorizar este patrimônio diante das autoridades locais, apresentando um programa de ações para lograr a adequada: identificação, preservação, investigação, documentação, valorização e promoção do patrimônio arqueológico, assim como a educação da comunidade nesta área.

A proposta de Plano Municipal de Gestão do Patrimônio Arqueológico de Presidente Prudente apresentada nesta pesquisa compreende a capacitação dos funcionários da prefeitura vinculados à cultura e o turismo nos termos de patrimônio arqueológico e socialização da pesquisa arqueológica, o qual, unido ao desenvolvimento de ações pelo COMUDEPHAAT, garantirá um melhor entendimento do trabalho com o patrimônio arqueológico.

A continuidade da parceria com a FCT/UNESP, consolidando a rede de trabalho entre ambas as instituições - prefeitura e universidade – terá impacto positivo ao potencializar o desenvolvimento de ações voltadas ao patrimônio arqueológico municipal e regional; enquanto a existência de funcionários encarregados da gestão do patrimônio arqueológico na prefeitura, com funções concretas e prazos temporais de execução definidos, aportará clareza e eficiência no manejo, distribuição e busca de recursos.

Nesta parceria o diálogo entre os atores implicados com o patrimônio arqueológico pode alcançar um novo patamar ao atingir diversos públicos do município, começando a surgir ideias empáticas com esta gestão e possivelmente propostas de ações ou projetos que lhe incorporem em sua visão, potencializando-se, no futuro, a obtenção de financiamentos e o aumento na sensibilização dos funcionários públicos e munícipes com este patrimônio.

A imbricação dos atores existentes no município, propiciará a eficácia e continuidade temporal das ações que compõem a gestão do patrimônio arqueológico no nível municipal, permitindo que se frague nos munícipes e autoridades locais, um sentimento de apego e carinho pelo patrimônio, que repercutirá no fortalecimento da identidade local.



Contando as autoridades locais com uma informação detalhada e atualizada sobre o patrimônio arqueológico municipal, será possível uma adequada projeção e destinação dos recursos econômicos existentes para a área do patrimônio arqueológico, pois só podemos gerir adequadamente aquilo que conhecemos em profundidade. Além disso, o pessoal encarregado da gestão do patrimônio arqueológico contará com uma rede de contatos a acionar ante o surgimento de novas informações, dúvidas ou inquietudes metodológicas.

Neste sentido, ter uma oferta cultural que implique o patrimônio arqueológico, promoverá sua articulação com a recreação cultural na esfera municipal, permitindo a utilização social sustentável dos conhecimentos existentes sobre esse patrimônio e a sua apropriação sociocultural, através da participação cidadã.

A colaboração prefeitura-FCT/UNESP; nas funções de contribuir para a educação estética das comunidades na área de patrimônio arqueológico permitirá a existência de programas de formação e educação patrimonial para públicos específicos, além de um programa de ações anuais para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial na comunidade, que serão realizadas nas instalações culturais e turísticas do município, onde os munícipes buscam comumente a recreação e disfrute cultural.

Esta colaboração propiciara a difusão e resguardo da informação existente sobre dito patrimônio e a criação de novos materiais de promoção e instrumentos ou ferramentas para o trabalho com o patrimônio arqueológico, ganhando autonomia a gestão patrimonial municipal.



## REFERÊNCIAS

- ALVA, W. Sipan 25 Años Del Descubrimiento 10 Años Del Museo. Lima: Universidad Alas Peruanas, Lima, 2012.
- BARREIRO M. D. La aureola perdida: propuesta para una Arqueología Aplicada. 2006. Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>> Acesso em: 10 abr. 2017.
- CABRERA, J. I. Relatório de Pós-doutorado. Ações de curadoria para a análise da Arqueologia Regional do Oeste Paulista, FTC/UNESP, 2017.
- CABRERA, J. I. A cerâmica do sítio arqueológico Mandaguari, Distrito de Floresta do Sul, município de Presidente Prudente, SP. Brasil. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Nº 30 outubro. p. 42-54, 2018.
- CALI, P. Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico. Tese (Doutorado em Arqueologia) MAE-USP. São Paulo, Brasil, 2005.
- CARMAN, John. The value “Debate” in Archaeology. In: CARMAN, John, Archaeology & Heritage: An Introduction. London, New York, 2002: 148-185.
- CRIADO B, F. La memoria y su huella. Sobre arqueología, patrimonio e identidad. Claves de la Razón Práctica, Madrid, España, 2001.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. Strategies of qualitative inquiry. University College London: Thousand Oaks, 1994.
- FACCIO, N. B. Projeto Patrimônio Histórico, Arqueológico e Arquitetônico do Estado de São Paulo. FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2010.
- FACCIO, N. B. Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema: estudo dos sítios de Iepê. (Tese de Livre-Docência em Arqueologia). MAE/USP, São Paulo, SP, 2011.
- FACCIO, N. B et al. Os Primeiros que Chegaram em Presidente Prudente. Coleção os Primeiros que chegaram. Canal 6, 2017.
- GCPHE. Libro blanco de la gestión del patrimonio histórico-arqueológico del GCPHE. Editora do Ministério de Cultura de Espanha. Barcelona, Espanha, 2015.
- GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. Métodos de pesquisa. Porto Alegre. RS: Editora UFRGS, 2009.
- GÓMEZ, G.; FLORES, J.; JIMÉNEZ, E. Metodología de la investigación cualitativa. La Habana, Editora Ciencias Sociales, 1996.
- GUIMARÃES, D, S. A proteção do patrimônio arqueológico: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN. Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. IPHAN, Rio de Janeiro, 2015.
- IBGE. Presidente Prudente. 2023. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>> Acesso em: 8 jan. 2024.



MACEDO, R. História de Presidente Prudente. Museu Municipal e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto, 2006.

MARTIN, F. Metodología de la Investigación Social. La Habana, Cuba: Editora Pueblo y Educación. 1999.

MÉNDEZ, M.G. Afrontar la paradoja de conservar y usar el patrimonio: HERITY, sistema global de evaluación de bienes culturales dispuestos al público. Revista Electrónica de Patrimonio Histórico e-rph. España. Nº. 2, pp 1-16, 2008.

MOLINARI, R. Rumbo a lo conocido: causas, condiciones y consecuencias en la difusión de sitios arqueológicos. IV Jornadas de Arqueología de la Patagonia, Río Gallegos. 1999.

MONTARDY, H. L. Diagnóstico Sociocultural do Patrimônio Arqueológico nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, São Paulo, Brasil. Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP, Presidente Prudente, Brasil, 2019.

MONTARDY, H. L. Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico para os Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, São Paulo, Brasil. Tese de Doutorado em Geografia. FCT/UNESP, Presidente Prudente, Brasil, 2022.

OSE. Patrimonio natural, cultural y paisajístico. Claves para la sostenibilidad territorial. Madrid, España: Artes Gráficas Cuesta, S.A. 2008.

PARDI, F. M.L. Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação. Dissertação de Mestrado Profissional do IPHAN. IGPA/Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Brasil, 2002.

POLO, A, M.J. Dos instrumentos jurídicos e práticos do IPHAN para a arqueologia: o termo de ajustamento de conduta. Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, C.; GONÇALVES, F.; Caracterização fisográfica da bacia hidrográfica do Rio Santo Anastácio/Oeste Paulista. 2010. Disponível em: <<https://www.google.es/#q=CARACTERIZA%C3%87%C3%83O+FISIOGR%C3%81FICA+DA+BACIA+HIDROGR%C3%81FICA+DO+RIO+SANTO+ANAST%C3%81CIO/+OESTE+PAULISTA>> Acesso em: 10 abr. 2017.

RODRÍGUEZ, J.M. Teoría y metodología de la geografía. Félix Varela, La Habana, 2015.

SALADINO, A. Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil. 2010.

SALADINO et. al. As Pós-graduações do IPHAN como termômetro da Gestão do Patrimônio Arqueológico. Revista Arqueologia Pública. Campinas. Brasil. Vol. 13, Nº.2, 2020, p. 146-168. ISSN 2237-8294.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. Metodología de la investigación. Distrito Federal, México: Editora McGraw-Hill Interamericana S.A de C.V, Cuarta edición, 2006.

TAYLOR, S.; BOGDAN, R. Introduction to qualitative research methods. The search for meanings. New York, Unites States: John Wileyand Sons Inc. 1987.



UNESCO. Gestión del patrimonio mundial cultural. Manual de referència. Paris, Francia. 2014. ISBN 978-92-3-30123-3.

UNESCO. Indicadores UNESCO de cultura para el desarrollo. Manual metodológico. Paris, Francia: UNESCO. 2014a. ISBN 978-92-3-300001-8.

VIENNI, B. Patrimonio arqueológico de Uruguay: propuesta para el análisis de un concepto. Granada. Editorial de la Universidad de Granada, 2010.

ZAFRA DE LA TORRE, N. Hacia una metodología para el estudio del patrimonio arqueológico. Revista Complutum Extra, Vol. 6 – 1, 1996, p. 225-239.